

**COMISSÃO DE VALORES
MOBILIÁRIOS (CVM)**
TIPO 1**SUA PROVA**

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

**TEMPO**

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

1

A NBC PG 01 - CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR estabelece diretrizes essenciais para a conduta dos profissionais da contabilidade no Brasil. Seu objetivo é garantir que esses profissionais sigam princípios éticos fundamentais, como integridade, objetividade, competência e zelo profissional, confidencialidade e comportamento profissional adequado.

A norma destaca a importância de os contadores serem honestos e imparciais em suas atividades, evitando influências que possam comprometer a sua objetividade e mantendo a confidencialidade das informações obtidas durante o trabalho. Além disso, a NBC PG 01 identifica possíveis ameaças à conformidade com os princípios éticos, como interesses próprios ou pressões externas, e propõe salvaguardas para mitigar esses riscos, como a educação continuada e a adoção de procedimentos de revisão.

A norma também aborda a questão dos conflitos de interesse, enfatizando a necessidade de gerenciá-los de maneira que garanta a imparcialidade e a independência profissional.

Na aplicação das sanções éticas constantes da NBC PG 01, relacione os fatores atenuantes e as circunstâncias agravantes com as ações adotadas.

1. Atenuante

2. Agravante

() gravidade da infração.

() ausência de punição ética anterior.

() punição ética anterior transitada em julgado.

() prestação de serviços relevantes à Contabilidade.

() ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional.

() ação ou omissão que macule publicamente a imagem do contador.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

(A) 2 – 1 – 2 – 1 – 1 – 2.

(B) 2 – 2 – 2 – 1 – 1 – 2.

(C) 2 – 2 – 1 – 1 – 1 – 2.

(D) 2 – 1 – 2 – 1 – 1 – 1.

(E) 2 – 1 – 2 – 1 – 2 – 1.

2

O Comunicado Técnico de Auditoria CTA 32, publicado em 30 de novembro de 2021, orienta acerca da auditoria das demonstrações contábeis dos fundos de investimento no Brasil. Ele aplica-se a todos os fundos registrados e fiscalizados pela CVM, estabelecendo que os auditores devem seguir normas específicas para considerar as peculiaridades dos fundos, como a avaliação de ativos e passivos, controle de riscos e conformidade com as normas aplicáveis.

O auditor é responsável por obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes, sejam por erro ou fraude. O CTA 32 também define diretrizes para a estrutura e o conteúdo dos relatórios de auditoria, visando a clareza e a compreensão por parte dos investidores e outras partes interessadas, assegurando a qualidade e a transparência das auditorias e protegendo os interesses dos investidores.

De acordo com o CTA 32, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Com base nas respostas aos riscos de distorção relevante identificados, o auditor executa procedimentos substantivos de auditoria, que mudam de acordo com cada tipo específico de fundo de investimento.

() O auditor deve considerar, também, se as informações obtidas no processo de aceitação ou continuidade do cliente são relevantes para a identificação de riscos de distorção relevante no fundo de investimento.

() Com base no entendimento da entidade e na avaliação da estrutura administrativa e, quando aplicável, testes de detalhes realizados, deverão ser avaliados os efeitos e a abrangência dos testes de controle a serem realizados no fundo de investimento.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – V.

(B) V – V – F.

(C) F – V – F.

(D) V – F – V.

(E) F – F – V.

3

O CTA 32 estabelece procedimentos específicos para auditoria das demonstrações contábeis de Fundos de Investimento, considerando as normas de auditoria e regulamentações aplicáveis.

O auditor deve avaliar a conformidade com a legislação vigente, a adequação das práticas contábeis e a existência de controles internos eficazes. Além disso, deve analisar a precificação de ativos, a liquidez do fundo e a coerência das informações divulgadas aos cotistas. O documento também orienta sobre a comunicação de achados relevantes à administração e à CVM, quando necessário.

Relacione a análise e os procedimentos estabelecidos no CTA 32, elencados a seguir, com suas respectivas correspondências.

- I. Procedimento substantivo aplicável aos fundos de investimento regulados pela ICVM 555/14 e alterações posteriores.
 - II. Procedimento substantivo aplicável aos fundos de investimento em Cotas de Fundos de Investimento.
 - III. Procedimento a ser efetuado nos processos relacionados à administração, gestão e custódia de Fundos de Investimentos Imobiliários.
 - IV. Análise a ser efetuada nos Controles Gerais de Tecnologia da Informação (ITGC) e dos processos relacionados à administração, gestão e custódia de fundos regulados pela ICVM 555/14 e alterações posteriores.
- () Entendimento do processo de monitoramento das aplicações realizadas em outros fundos de investimento (*onshore* e *offshore*).
- () Valorização das cotas detidas pelo fundo de acordo com os preços divulgados pelo administrador.
- () Conciliação do saldo da carteira de investimentos com o saldo contábil na data-base e com o extrato da Instituição Financeira obtido com o fundo (ou com a resposta de circularização).
- () Entendimento dos sistemas de controles internos relativos aos processos implementados para o monitoramento dos investimentos, de modo a identificar eventos ocorridos durante o período/exercício, que possam afetar a valorização/mensuração dos investimentos.

A correspondência correta, na ordem apresentada, é

- (A) III – I – II – IV.
- (B) IV – II – I – III.
- (C) IV – I – II – III.
- (D) IV – I – III – II.
- (E) III – IV – I – II.

4

Entre as competências do conselho de administração de uma sociedade anônima, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações, está

- (A) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e opinar sobre elas.
- (B) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia-geral.
- (C) eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que o estatuto dispuser a respeito.
- (D) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia.
- (E) denunciar aos órgãos de administração e à assembleia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia.

5

O CTO 07 – TRABALHOS DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA REFERENTE ÀS INFORMAÇÕES NÃO FINANCEIRAS CONTIDAS NO RELATO INTEGRADO tem o objetivo de orientar os auditores independentes quanto à norma a ser aplicada e os procedimentos a serem executados para a emissão de relatório de asseguração limitada sobre as informações não financeiras contidas no Relato Integrado.

Avalie se os objetivos do Relato Integrado incluem:

- I. promover uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo, que aproveite as diversas vertentes de relato e comunique a gama completa de fatores que afetam, de forma material, a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo;
- II. representar um novo relatório a ser apresentado com ênfase em geração de valor no contexto do ambiente externo;
- III. aperfeiçoar a prestação de contas e a responsabilidade pela gestão da base abrangente de capitais financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, de relacionamento e natural e promover o entendimento de suas interdependências;
- IV. melhorar a qualidade da informação disponível a provedores de capital financeiro, permitindo uma alocação de capital mais eficiente e produtiva.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

6

De acordo com a NBC TA 701 – COMUNICAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE, os principais assuntos de auditoria são aqueles que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis.

A determinação desses assuntos deve considerar fatores como áreas de risco significativo, julgamentos contábeis complexos e transações relevantes.

Com relação à comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, com base na referida norma, avalie se as abordagens a seguir estão corretas.

- I. O auditor deve determinar os principais assuntos de auditoria considerando apenas as áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificadas, sendo vedado incluir julgamentos significativos do auditor relativos às áreas das demonstrações contábeis que também envolveram julgamento significativo por parte da administração, inclusive estimativas contábeis identificadas que apresentam alto grau de incerteza na estimativa, pois essas informações podem comprometer a objetividade do relatório.
- II. Se um assunto resultar na emissão de uma opinião modificada pelo auditor, ele não deve ser incluído na seção “Principais Assuntos de Auditoria”, pois sua divulgação poderia gerar redundância no relatório.
- III. O auditor deve comunicar aos responsáveis pela governança os principais assuntos de auditoria identificados ou, se aplicável, a determinação de que não há principais assuntos de auditoria a serem comunicados no relatório sobre as demonstrações contábeis.
- IV. O auditor deve descrever cada um dos principais assuntos de auditoria em seu relatório, exceto quando houver uma proibição legal ou regulatória impedindo a divulgação pública do assunto; ou em situações extremamente raras, em que a comunicação possa causar consequências negativas que superem os benefícios para o interesse público.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

7

Uma firma de auditoria foi contratada para auditar as demonstrações contábeis de uma entidade de interesse público.

Durante a fase de planejamento, o sócio responsável identificou as seguintes circunstâncias:

- I. um dos sócios da equipe de auditoria detém participação financeira irrelevante em um fundo de investimentos que, por sua vez, tem investimentos em títulos emitidos pelo cliente da auditoria.
- II. a firma prestou consultoria tributária à entidade auditada, ajudando na elaboração de um planejamento tributário que pode impactar significativamente as demonstrações contábeis.
- III. a firma possui um contrato de remuneração variável com o cliente, em que parte dos honorários de auditoria está atrelada à aprovação das demonstrações contábeis sem ressalvas.
- IV. um ex-sócio da firma, que deixou a organização há 5 meses, atualmente ocupa um cargo de diretor financeiro na entidade auditada e tem influência significativa sobre a elaboração das demonstrações contábeis.

Com base na NBC PA 400 (R2) – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO e considerando os princípios da independência para trabalhos de auditoria, das situações acima, as que representam ameaças à independência que exigem avaliação e possível mitigação por parte da firma de auditoria são

- (A) I e III, apenas.
(B) II e IV, apenas.
(C) I, II e III, apenas.
(D) II, III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

8

A empresa Ômega S.A., que atua no setor industrial, apresentou dificuldades financeiras severas no exercício corrente.

O auditor independente, ao analisar as demonstrações contábeis, identificou os seguintes fatores de risco para a continuidade operacional:

- deterioração do capital de giro, com passivo circulante superior ao ativo circulante pelo terceiro ano consecutivo;
- recorrentes prejuízos operacionais, sem previsão concreta de recuperação no curto prazo;
- encerramento abrupto do contrato com seu principal fornecedor, gerando dificuldades na cadeia produtiva;
- dependência de renegociação de financiamentos bancários, sem garantias formais de que os credores irão renovar as condições de pagamento.

A administração da Ômega S.A. afirmou que está buscando alternativas para reverter a situação, incluindo reestruturação operacional e novos contratos comerciais. No entanto, até a data de emissão do relatório de auditoria, não havia evidência suficiente de que essas medidas teriam sucesso.

A empresa Ômega S.A. na elaboração das demonstrações contábeis utilizou a base contábil de continuidade operacional. No julgamento do auditor, entretanto, a utilização dessa base pela administração na elaboração das demonstrações contábeis é inapropriada.

Com base na NBC TA 570 – CONTINUIDADE OPERACIONAL, assinale a opção que identifica qual deve ser o efeito no relatório do auditor para esse caso.

- (A) O auditor deve expressar uma opinião adversa, pois a administração utilizou indevidamente a base contábil de continuidade operacional, sem evidências suficientes para fundamentar essa premissa, resultando em demonstrações contábeis que não apresentam adequadamente a posição financeira da entidade.
- (B) O auditor deve emitir uma opinião com ressalva, pois, apesar da incerteza sobre a continuidade operacional, a administração apresentou planos de recuperação, os quais, mesmo sem garantia de sucesso, justificam o uso da base contábil de continuidade operacional.
- (C) O auditor deve incluir um parágrafo de Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) em seu relatório, destacando a continuidade operacional como uma questão de grande relevância e descrevendo os procedimentos aplicados na auditoria para lidar com essa incerteza.
- (D) O auditor deve incluir um parágrafo de ênfase em seu relatório, sem modificar sua opinião, desde que a administração tenha divulgado de forma apropriada e transparente a incerteza relevante sobre a continuidade operacional nas notas explicativas.
- (E) O auditor deve emitir um relatório sem modificações, pois a administração é a responsável pela avaliação da continuidade operacional, e sua decisão de manter essa base contábil deve ser aceita sem questionamentos adicionais.

9

Durante a auditoria das demonstrações contábeis da empresa Delta S.A., o auditor independente solicitou à administração uma carta de representações formais para corroborar determinadas afirmações relevantes para a auditoria.

Com base na NBC TA 580 (R1) – REPRESENTAÇÕES FORMAIS, assinale a afirmativa correta quanto ao propósito e às limitações desse documento.

- (A) A carta de representações formais constitui evidência de auditoria suficiente e apropriada, sendo possível para o auditor fundamentar integralmente sua opinião com base nesse documento.
- (B) A data da carta de representações formais deve ser posterior à data do relatório do auditor sobre as demonstrações contábeis.
- (C) O auditor deve considerar a carta de representações formais como um complemento às demais evidências obtidas na auditoria, não podendo depender exclusivamente desse documento para formar sua opinião sobre as demonstrações contábeis.
- (D) Caso a administração se recuse a fornecer a carta de representações formais, o auditor poderá prosseguir com a auditoria desde que obtenha evidências alternativas suficientes para suportar as informações contábeis da entidade.
- (E) A responsabilidade pela elaboração da carta de representações formais recai exclusivamente sobre o auditor independente, uma vez que esse documento é parte integrante do planejamento e da execução da auditoria.

10

Durante a auditoria das demonstrações contábeis da MetrÓpole Logística S.A., companhia listada na B3, o auditor identificou uma limitação no acesso a informações relevantes sobre uma reestruturação societária em curso, imposta pela diretoria financeira, sob alegação de sigilo estratégico.

Os responsáveis pela governança não foram informados da limitação, tampouco das potenciais implicações no relatório do auditor. O auditor também observou que discussões relevantes com a administração não estavam sendo compartilhadas com o comitê de auditoria.

Diante dessa situação, conforme a NBC TA 260 (R2) – COMUNICAÇÃO COM OS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA, a conduta mais apropriada por parte do auditor deve ser

- (A) concluir que a restrição da diretoria é válida em função do sigilo empresarial, e documentar o fato, sem necessidade de informar a governança.
- (B) solicitar esclarecimentos adicionais à administração e, se não atendido, emitir opinião com ressalva, mantendo o comitê de auditoria informado apenas após a emissão do relatório.
- (C) comunicar tempestivamente aos responsáveis pela governança a existência da limitação imposta e discutir com eles as possíveis implicações no relatório do auditor.
- (D) considerar que, em companhias abertas, o comitê de auditoria é subordinado à diretoria executiva, e por isso a comunicação direta pode ser dispensada.
- (E) conduzir os procedimentos restantes normalmente, desde que os papéis de trabalho da auditoria evidenciem a tentativa de acesso à informação.

11

Em relação à revisão das Informações Trimestrais (ITR) por parte do auditor independente, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A conclusão expressa pelo auditor independente em seu relatório de revisão das informações trimestrais deve indicar se, com base nos procedimentos aplicados, ele tomou conhecimento de algum fato que o leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não foram elaboradas de forma adequada, em todos os aspectos relevantes.
- II. O alcance de uma revisão de informações intermediárias é equivalente ao de uma auditoria, permitindo ao auditor expressar opinião com segurança razoável sobre as demonstrações contábeis trimestrais.
- III. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nas informações intermediárias é considerada suplementar pelas IFRSs, mas obrigatória pela CVM, devendo ser objeto de revisão pelo auditor.
- IV. As informações do relatório de desempenho preparadas pela administração da companhia devem ser obrigatoriamente referenciadas no corpo do relatório do auditor, com detalhamento das análises feitas sobre os índices apresentados.

Com base nas disposições do Comunicado Técnico CTR 01 – EMISSÃO DE RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS, estão corretas as afirmativas

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

12

Durante a auditoria de um banco, um dos membros da equipe de auditoria independente é identificado como tendo relações comerciais com a instituição financeira, o que pode criar ameaça de interesse próprio.

Considerando-se os preceitos da NBC PA 400 - INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO, uma ameaça material à independência é o fato de o auditor independente possuir um

- (A) depósito à vista no banco com um saldo de R\$ 25.000,00 em condições normais, que representa aproximadamente 55% do total de suas economias pessoais.
- (B) cartão de crédito no banco com um saldo devedor de R\$ 12.000,00, enquanto o limite total disponível no cartão é de R\$ 15.000,00 e o saldo devedor representa 80% do limite total e 120% de sua renda.
- (C) empréstimo pessoal de automóvel com o banco, garantido pelo automóvel, e o saldo devedor ser de R\$ 80.000,00, enquanto o valor de mercado do veículo é de R\$ 150.000,00.
- (D) empréstimo hipotecário para a compra de uma residência com o banco, com um saldo devedor de R\$ 150.000,00 e o valor de mercado da propriedade é de R\$ 300.000,00.
- (E) empréstimo de R\$ 20.000,00 no banco, garantido por um certificado de depósito cujo valor é de R\$ 20.000,00, e o certificado estar registrado em nome de uma entidade jurídica independente da pessoa física.

13

Uma empresa S.A., que possui conselho de administração composto de membros não executivos e comitê de auditoria, está em processo de auditoria.

O auditor independente identificou uma deficiência significativa no controle interno da empresa, relacionada ao processo de reconhecimento de receita e isso levantou dúvidas sobre a integridade e competência da administração.

O auditor mensurou a falha como superavaliação de receitas em R\$ 10 milhões indevidamente registrados em um total de R\$ 40 milhões, impactando a precisão das demonstrações financeiras.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TA 265 – COMUNICAÇÃO DE DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE INTERNO, o auditor deve

- (A) explicar os possíveis efeitos das deficiências significativas e precisa quantificar esses efeitos sugerindo medidas corretivas das deficiências.
- (B) fazer indagações aos responsáveis pela governança para determinar se eles têm conhecimento de quaisquer casos reais.
- (C) fazer indagações à administração da entidade para determinar se eles têm conhecimento de quaisquer casos reais.
- (D) comunicar verbalmente em primeira instância à administração de forma tempestiva isenta o auditor da responsabilidade de comunicar por escrito posteriormente.
- (E) comunicar tempestivamente por escrito as deficiências significativas de controle interno identificadas durante a auditoria aos responsáveis pela governança.

14

Em um Fundo de Investimento Imobiliário (FII) especializado em ativos imobiliários como prédios comerciais alugados, o auditor precisa garantir que os processos relacionados à administração, precificação e avaliação dos ativos estejam devidamente controlados e documentados.

Nesse sentido, o Comunicado Técnico de Auditoria 32 (CTA 32) orienta os auditores independentes no exame das demonstrações contábeis de fundos de investimento, descrevendo os procedimentos sugeridos para auditoria das demonstrações contábeis desses fundos.

O auditor deve observar as políticas formais e a estrutura de controles implementados pelo administrador do fundo, compreendendo a estrutura organizacional, de governança, de tecnologia e os processos relacionados às principais atividades de administração de fundos de investimento.

Considerando-se o CTA 32, um dos principais procedimentos a serem efetuados no entendimento dos processos relacionados à administração, gestão e custódia de Fundos de Investimentos Imobiliários é

- (A) entender o processo de valorização da carteira de direitos creditórios.
- (B) obter a carteira com a posição da quantidade e o valor das cotas detidas pelo fundo.
- (C) entender os processos de precificação adotados pelo administrador de acordo com as características dos ativos imobiliários.
- (D) verificar a conformidade dos contratos de prestação de serviços com as regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- (E) inspecionar os documentos que comprovam os lastros dos direitos creditórios (termos de cessão, contratos, notas fiscais, liquidações financeiras etc.).

15

Durante uma reunião entre a administração da Ume S.A. e o auditor, a empresa apresentou seu novo Relato Integrado, elaborado conforme as exigências da OCPC 09. A administração explicou de que forma a decisão de integrar informações financeiras e não financeiras visava reduzir custos operacionais, simplificando o processo de divulgação.

Além disso, ressaltou que a adoção desse modelo também permitiria uma comunicação mais clara e eficiente com os *stakeholders*, atendendo às demandas de transparência e sustentabilidade. O auditor avaliou a abordagem e fez considerações sobre a conformidade com as diretrizes estabelecidas.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos do Comunicado Técnico de Asseguração CTO 07 e da Lei nº 6.404/76, o auditor recomendou que o seguinte documento poderia ser utilizado para atender aos dois preceitos:

- (A) demonstração contábil.
- (B) formulário de referência.
- (C) relatório de administração.
- (D) apresentação de resultados.
- (E) parecer dos auditores independentes.

16

A Lei nº 6.404/76 e alterações dispõe sobre as regras para as sociedades por ações, em especial as companhias abertas reguladas pela CVM, incluindo a obrigatoriedade de submeter suas demonstrações financeiras a auditoria independente registrada na autarquia e seguir as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, como a Resolução CVM 23/2021.

Sobre a auditoria independente nas companhias abertas, analise as afirmativas a seguir.

- I. Compete ao Conselho de Administração da companhia a escolha e a destituição da auditoria independente.
- II. O auditor independente pode prestar serviço para um mesmo cliente por prazo de até 10 exercícios sociais consecutivos caso a companhia auditada possua Comitê de Auditoria Estatutário e o auditor seja pessoa física.
- III. O auditor independente deve renunciar à função caso ocorra alguma das situações previstas que infrinjam as normas do Conselho Federal de Contabilidade relativas à independência e, caso o auditor não o faça, a CVM pode determinar a substituição do auditor independente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

17

Um auditor independente foi contratado por uma companhia aberta regulada pela Comissão de Valores Mobiliários para conduzir auditoria das demonstrações contábeis. Conforme exigido pela Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, esse auditor deve comunicar os principais assuntos de auditoria em seu relatório.

Sobre a comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria, assinale a afirmativa correta.

- (A) O auditor deve descrever assuntos que deram origem à opinião modificada e/ou dúvidas significativas quanto à capacidade operacional da entidade na seção Principais Assuntos de Auditoria, e não mais em seção separada.
- (B) O auditor deve, obrigatoriamente, reportar ao menos um assunto na seção Principais Assuntos de Auditoria.
- (C) Um dos critérios para a determinação de um assunto como Principal Assunto de Auditoria é a existência de distorção relevante nas demonstrações contábeis.
- (D) É proibido que o auditor comunique os principais assuntos de auditoria quando ele se abstém de expressar opinião sobre as demonstrações contábeis, a menos que a apresentação dessas informações seja exigida por lei ou regulamento.
- (E) O auditor deve descrever cada um dos Principais Assuntos de Auditoria destacando que esses assuntos foram abordados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis e, ao formar sua opinião sobre elas, o auditor deve fornecer uma opinião separada sobre os referidos assuntos.

18

Em relação ao registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, conforme requerimentos previstos na Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, assinale a afirmativa correta.

- (A) É permitida a participação de um mesmo sócio, ou a assunção de responsabilidade técnica de um mesmo contador, em até duas participações na categoria Auditor Independente – Pessoa Jurídica registrado na Comissão de Valores Mobiliários.
- (B) O Auditor Independente deve remeter anualmente à CVM, até o último dia útil do mês de abril, dentre outras informações, uma relação nominal das companhias abertas para as quais presta serviços de auditoria, destacando, inclusive, a porcentagem de participação em relação ao faturamento total quando for superior a 5%.
- (C) O prazo para a concessão do registro como auditor independente é de noventa dias a contar da data do protocolo de entrada do pedido na CVM, sendo que, decorrido o prazo previsto sem que haja qualquer manifestação da Comissão, presume-se que o pedido de registro foi aprovado, podendo o interessado requerer a expedição do respectivo Ato Declaratório, salvo os casos em que seja verificado que o mesmo não está devidamente instruído e documentado.
- (D) Não é permitido o registro na CVM, na categoria de Auditor Independente - Pessoa Natural, de contador que seja sócio, diretor ou responsável técnico ou que tenha vínculo profissional de qualquer natureza com Auditor Independente – Pessoa Jurídica.
- (E) O Auditor Independente não pode prestar serviços para um mesmo cliente, por prazo superior a dez exercícios sociais consecutivos, exigindo-se um intervalo mínimo de três exercícios sociais para a sua recontratação, caso a companhia auditada possua Conselho Fiscal em funcionamento permanente e o auditor seja pessoa jurídica.

19

Em relação aos procedimentos que devem ser observados pelo auditor independente para a emissão de Cartas-Conforto em captações de recursos efetuadas por entidades brasileiras e estrangeiras no Brasil por meio de títulos e valores mobiliários, que incluem ações, debêntures, bônus, títulos de dívidas ou quaisquer outras formas de valores mobiliários reconhecidas no mercado financeiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) A emissão das Cartas-Conforto cria responsabilidade adicional ao auditor independente perante o Coordenador da Oferta e o Emissor em relação aos relatórios de auditoria e outros relatórios emitidos anteriormente, bem como sobre os documentos da oferta.
- (B) A obtenção pelo auditor independente de Carta de Contratação assinada pelo Emissor e pelo Coordenador da Oferta, em relação à emissão das Cartas-Conforto para ofertas de títulos e valores mobiliários, não assegura que há um entendimento comum quanto às limitações inerentes aos procedimentos aplicados pelo auditor independente e que ele não busca a identificação de fraudes ou atos ilícitos praticados pela administração do Emissor dos títulos e valores mobiliários.
- (C) Para fins de emissão das Cartas-Conforto, o auditor independente somente pode expressar conforto sobre determinadas informações contábeis incluídas no documento de oferta na medida em que essas informações forem obtidas de análises elaboradas pelo Coordenador da Oferta, cujos valores devem ser derivados dos registros contábeis.
- (D) Os eventos subsequentes às demonstrações contábeis apresentadas no documento de oferta que requereriam ajustes ou deveriam ser divulgados nessas demonstrações contábeis do Emissor não estão sujeitos à carta de representação da administração.
- (E) É de responsabilidade do Emissor e do Coordenador da Oferta a elaboração dos documentos da oferta. Cabe ao auditor independente ler as informações contábeis originadas dos registros contábeis do Emissor que tenham sido incluídas no documento de oferta de títulos e valores mobiliários, normalmente, representando por prospecto, que é parte dos documentos da oferta, para verificar a consistência dessas informações com aquelas apresentadas nas demonstrações contábeis.

20

Na realização de trabalhos de auditoria, requer-se que as firmas cumpram com os princípios fundamentais e sejam independentes. Diversos fatos e circunstâncias, incluindo atividades profissionais, interesses e relacionamentos, criam ou podem criar ameaças à independência.

Sob essa perspectiva, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Pode ser criada uma ameaça de interesse próprio, de autorrevisão ou de familiaridade se um membro da equipe de auditoria tenha atuado recentemente como conselheiro ou diretor, ou empregado de cliente de auditoria.
- II. O sócio ou empregado da firma de auditoria não deve atuar como conselheiro ou diretor de cliente de auditoria da firma, a menos que: (a) essa prática seja especificamente permitida nos termos da legislação local ou das regras ou práticas profissionais; (b) a administração tome todas as decisões relevantes; e (c) as funções e atividades realizadas sejam limitadas àquelas rotineiras e de natureza da administração.
- III. A ameaça de familiaridade ou de intimidação pode ser criada se qualquer uma das pessoas a seguir tiver sido membro da equipe de auditoria, sócio da firma ou da firma em rede: (a) conselheiro ou diretor do cliente de auditoria; (b) empregado em posição de exercer influência significativa sobre a elaboração dos registros contábeis ou das demonstrações contábeis do cliente sobre as quais a firma emitirá uma opinião.

De acordo com a NBC PA 400 - INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) II, apenas.

21

A revisão externa de qualidade pelos pares é um processo de acompanhamento do controle de qualidade dos trabalhos realizados pelos auditores independentes.

O objetivo é avaliar os procedimentos adotados pelo contador que atua como auditor independente e pela firma de auditoria, com vistas a assegurar a qualidade dos trabalhos de auditoria e asseguração desenvolvidos.

Em relação ao tema, avalie as afirmações a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Revisão pelos pares é o exame realizado por auditor independente nos trabalhos de auditoria executados por outro auditor independente, visando verificar se as demonstrações contábeis apresentam segurança razoável de que estão isentas de erros e fraudes.
- () Relatório de revisão é o documento elaborado pelo revisor, a ser apresentado ao Comitê Administrador da Revisão Externa de Qualidade (CRE), dispondo sobre as ações que o revisado adotará ou implementará com o objetivo de corrigir as fragilidades apresentadas na carta de recomendações emitida pelo revisor ao término do trabalho de revisão.
- () O Comitê Administrador da Revisão Externa de Qualidade é composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) representantes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); 2 (dois) representantes do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon); e 2 (dois) representantes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- () Os representantes para membro do Comitê Administrador da Revisão Externa de Qualidade devem ser contadores no exercício da auditoria independente, com registros ativos e devidamente registrados no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e na CVM, sendo nomeados pelo período de 5 (cinco) anos, não permitida a recondução.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – F.
(B) F – V – F – F.
(C) F – F – V – V.
(D) V – F – F – V.
(E) F – F – F – F.

22

Em relação à auditoria de estimativas contábeis e divulgações relacionadas, conforme dispõe a NBC TA 540 (R2) - AUDITORIA DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES RELACIONADAS, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O auditor deve avaliar se os julgamentos exercidos pela administração e as decisões por ela tomadas na elaboração de estimativas contábeis incluídas nas demonstrações contábeis, mesmo que elas sejam individualmente razoáveis, são indicadores de possível tendenciosidade da administração.
- () O auditor deve solicitar representações formais da administração e, quando apropriado, dos responsáveis pela governança, sobre se os métodos, as premissas significativas e os dados utilizados na elaboração das estimativas contábeis e divulgações relacionadas quando os mesmos não estiverem apropriados para se alcançar o reconhecimento, a mensuração ou divulgação de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- () As premissas podem ser selecionadas pela administração a partir de um leque de alternativas apropriadas. As premissas que podem ser feitas ou identificadas por especialista da administração se tornam as premissas da administração quando elas são utilizadas pela administração na elaboração da estimativa contábil.
- () Os fatores de risco inerente são características de eventos ou condições que afetam a suscetibilidade à distorção, independentemente se for causada por fraude ou erro, de afirmação sobre uma classe de transações, saldo contábil ou divulgação, antes da consideração dos controles.
- () Se a administração não alterou o método de elaboração de estimativa contábil, as considerações do auditor devem incluir a obrigatoriedade de se utilizar um novo método mais apropriado, seja como uma resposta a mudanças no ambiente ou nas circunstâncias que afetam a entidade ou a mudanças nos requisitos da estrutura de relatório financeiro aplicável ou ambiente regulatório.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F – F – V.
- (B) V – F – V – V – F.
- (C) V – V – F – F – V.
- (D) F – V – V – F – F.
- (E) V – V – F – V – V.

23

A NBC TA 240 (R1) trata da Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude.

De acordo com essa norma, se encontrar circunstâncias excepcionais que coloquem em dúvida sua capacidade de continuar a realizar a auditoria como resultado de uma distorção decorrente de fraude ou suspeita de fraude, o auditor deve

- (A) discutir com o comitê de auditoria estatutário ou com a auditoria interna (caso não haja comitê de auditoria implementado) a saída do auditor do trabalho e as razões para a interrupção.
- (B) explicar aos acionistas os motivos de sua saída e as razões para a interrupção dos seus trabalhos de auditoria.
- (C) determinar as responsabilidades profissionais e legais aplicáveis ao caso, incluindo a necessidade ou não de comunicação a quem o contratou.
- (D) considerar se seria apropriado se retirar do trabalho, quando essa saída for mais provável do que possível conforme a lei ou regulamentação aplicável.
- (E) comunicar a sua retirada e as razões da saída à pessoa ou pessoas que contrataram a auditoria e às autoridades reguladoras, caso se retire do trabalho.

24

Alguns itens das Demonstrações Contábeis não podem ser mensurados com precisão, podendo apenas ser estimados. A estimativa envolve julgamentos da Administração da empresa baseados na última informação disponível e confiável.

A mensuração desses valores monetários está sujeita a uma incerteza da estimativa, o que reflete em limitações inerentes de conhecimento ou dados. Essas limitações dão origem à subjetividade e à variação inerentes nos resultados da mensuração.

Com base nisso, o CFC emitiu a NBC TA 540 (R2), que dispõe sobre a auditoria de estimativas contábeis e divulgações relacionadas a estas estimativas.

Considerando o disposto nessa norma, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O exercício do ceticismo profissional em relação às estimativas contábeis é afetado pela consideração do auditor dos fatores de risco inerente, e a sua importância diminui quando as estimativas contábeis estão sujeitas a maior grau de incerteza da estimativa ou são afetadas por maior grau de complexidade, subjetividade ou outros fatores de risco inerente.
- () A avaliação do auditor do risco de controle pode ser feita de formas diferentes, dependendo das técnicas ou metodologias de auditoria preferidas, podendo ser expressa utilizando categorias qualitativas ou em termos de expectativa do auditor do nível de efetividade dos controles no tratamento do risco identificado.
- () A administração deve avaliar premissas ou resultados alternativos das estimativas contábeis que devem ser alcançados por meio da análise de sensibilidade.
- () Quanto maior for o grau no qual a estimativa contábil está sujeita à incerteza, menor a probabilidade de os riscos de distorção relevante serem avaliados como altos e, portanto, mais persuasiva deve ser a evidência de auditoria para determinar se a estimativa pontual da administração e as divulgações relacionadas sobre a incerteza da estimativa são razoáveis ou se apresentam distorção.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V – F.
- (B) V – F – F – V.
- (C) F – F – V – V.
- (D) F – V – F – F.
- (E) F – V – F – V.

25

O auditor deve obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, não contêm distorções relevantes causadas por fraude ou erro. No entanto, devido às limitações inerentes da auditoria, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis podem não ser detectadas, apesar de a auditoria ser devidamente planejada e realizada de acordo com as normas de auditoria.

O risco de não ser detectada uma distorção relevante decorrente de fraude é mais alto do que o risco de não ser detectada uma fraude decorrente de erro. Assim, a NBC TA 240 (R1) trata da responsabilidade do auditor em relação a fraude na auditoria de demonstrações contábeis.

Com base exclusivamente nessa norma, avalie se as afirmativas a seguir estão corretas.

- I. O risco de o auditor não detectar uma distorção relevante decorrente de fraude é igual sendo cometido pela administração ou por empregados.
- II. É necessária uma discussão entre os membros da equipe de trabalho e que o sócio (ou responsável técnico) do trabalho determine os assuntos que devem ser comunicados aos membros da equipe não envolvidos na discussão. A discussão deve ocorrer levando em consideração a possível convicção dos membros da equipe de trabalho de que a administração e os responsáveis pela governança são honestos e íntegros.
- III. O auditor deve determinar respostas globais para tratar os riscos avaliados de distorção relevante decorrente de fraude nas demonstrações contábeis.
- IV. Para operações significativas fora do curso normal dos negócios da entidade, ou que de outro modo pareçam não usuais, o auditor deve avaliar se a justificativa de negócio das operações (ou a ausência dela) sugere que elas podem ter sido realizadas para gerar informações contábeis fraudulentas ou para ocultar a apropriação indevida de ativos.

Estão corretas as afirmativas

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

PROVA DISCURSIVA - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

Questão 1

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 240, que dispõe sobre a responsabilidade do auditor em relação à fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, estabelece que a principal responsabilidade pela prevenção e detecção de erro ou fraude é dos membros envolvidos na governança da entidade e da sua administração. No entanto, cabe ao auditor obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, não contêm distorções relevantes causadas por erro ou fraude.

- A) O modelo definido por Donald R. Cressey, conhecido como Triângulo da Fraude, estabelece que, geralmente, três condições estão presentes quando uma fraude ocorre: incentivo ou pressão, oportunidade e racionalização. Explique cada uma dessas três condições.
- B) Dê exemplos de procedimentos de auditoria que você, como auditor, pode aplicar no contexto do Triângulo da Fraude.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

Questão 2

Muitas transações com partes relacionadas são efetuadas no curso normal dos negócios. Tais transações podem apresentar riscos semelhantes a qualquer outra transação com uma parte não relacionada. No entanto, devido a natureza do relacionamento, tais transações podem apresentar riscos maiores, dado que uma fraude pode ser cometida mais facilmente por meio das partes relacionadas. Para prevenir e resguardar o auditor, a Resolução CFC nº 1.224/09 aprovou a NBC TA 550, que trata de Partes Relacionadas. O auditor independente contratado para auditar Beta S.A., uma empresa de capital aberto, se deparou com as seguintes situações:

- Alfa S.A. tem influência significativa sobre Beta S.A.
- Beta S.A. tem controle sobre Gama S.A.
- Beta S.A. tem influência significativa sobre Zeta S.A.
- Beta S.A. possui participação no capital social de Kapa S.A. sem ter influência significativa sobre esta.
- Delta S.A. e Beta S.A. estão sob o controle comum do governo federal e não possuem transações significativas entre elas.

Com base na NBC TA 550, identifique quais dessas empresas são partes relacionadas de Beta S.A. Justifique sua resposta, para cada uma das empresas, inclusive no caso de haver partes não relacionadas.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

Realização

